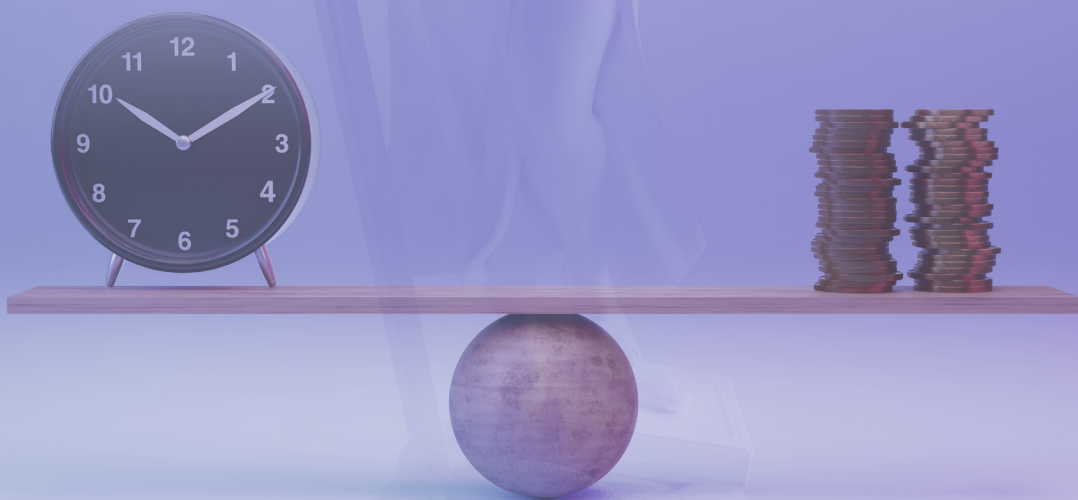


ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

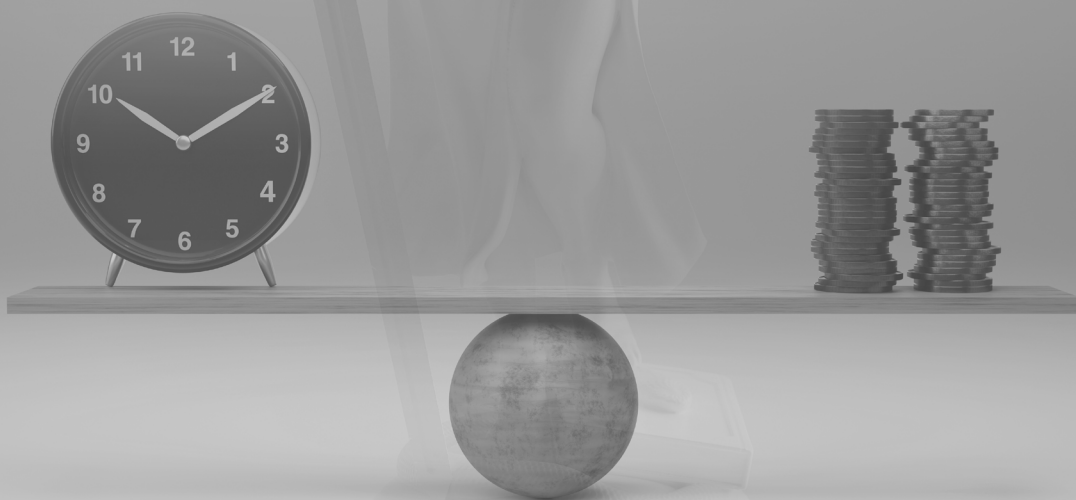
DIREITO: PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3



ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

DIREITO:

PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D598	Direito: pesquisas fundadas em abordagens críticas 3 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0962-5 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.625231601 1. Direito. 2. Leis. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título. CDD 340
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Em **DIREITO: PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3**, coletânea de vinte e quatro capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, três grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito constitucional, direito do trabalho e administração pública; estudos em direito penal, direito processual penal e segurança pública; além de estudos em direito, história, literatura e educação.

Estudos em direito constitucional, direito do trabalho e administração pública traz análises sobre imunidades parlamentares, liberdade de expressão, redes sociais, discurso de ódio, proteção de dados, processo do trabalho, uberização, administração pública, leis das estatais, compliance e sociedades de economia mista.







Em estudos em direito penal, direito processual penal e segurança pública são verificadas contribuições que versam sobre garantismo constitucional, inquisitorialidade, realidade carcerária, superencarceramento, drogas, pessoas egressas do sistema prisional, racionalidade penal moderna, proporcionalidade e provas ilícitas, audiência de custódia, falsificação das lembranças, leis penais e comunidades indígenas e operações complexas.

O terceiro momento, estudos em direito, história, literatura e educação, traz conteúdos de direito militar, Lei n. 11.645/2008, cinema, literatura e ensino jurídico, plágio e ambiente digital.


Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

CAPÍTULO 1	1
O STF E O LIMITE DAS IMUNIDADES PARLAMENTARES: UMA ANÁLISE DOS CASOS DELCÍDIO DE AMARAL E DANIEL SILVEIRA	
Victorya Carolynne Oliveira Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316011	
CAPÍTULO 2	16
LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DISCURSO DE ÓDIO: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF À LUZ DO HABEAS CORPUS 82.424 RS	
Lazaro Matos Lemos da Silva Junior	
Jackson Novais Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316012	
CAPÍTULO 3	30
LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: LIMITES EXTRAPOLADOS	
Werberson de Souza Colares	
Davi Gentil de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316013	
CAPÍTULO 4	40
NOTAS SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PROCESSO DO TRABALHO	
Francisco Meton Marques de Lima	
Francisco André dos Santos Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316014	
CAPÍTULO 5	61
O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO E A JURIDICIZAÇÃO NA SEARA TRABALHISTA	
Adriel Luís da Silva	
Quezia Fideles Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316015	
CAPÍTULO 6	70
PROCEDIMENTOS, PROCESSOS E DECISÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO – DO DOGMATISMO À EPISTEMOLOGIA – OS PRIMEIROS PASSOS...	
José Wilson de Assis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316016	
CAPÍTULO 7	86
LEI DAS ESTATAIS E SUAS INOVAÇÕES: O COMPLIANCE NAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	
Patrícia Maria Barreto Bellot de Souza	

Sandra Filomena Wagner Kiefer
 Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316017>

CAPÍTULO 899


O GARANTISMO CONSTITUCIONAL E OS FRAGMENTOS DA INQUISITORIEDADE NO SISTEMA ACUSATÓRIO

Franciney Colares de Oliveira

Idalécio Silva de Lima

Marcos Andrades Melgueiro

Davi Gentil de Oliviera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316018>

CAPÍTULO 9112

OS PRINCÍPIOS PENAIIS FUNDAMENTAIS EM CONTRASTE COM A REALIDADE CARCERÁRIA BRASILEIRA

Luíza Leite Vieira


Marcelo Alves P. Eufrásio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316019>

CAPÍTULO 10..... 126

O SUPERENCARCERAMENTO À LUZ DA PERSPECTIVA DA POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS: UM RECORTE PUNITIVISTA E SELETIVISTA ACERCA DA PROBLEMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Natan Nogueira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160110>


CAPÍTULO 11 139

REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: MECANISMO DE GARANTIA DE DIREITOS E CONTROLE SOCIAL

Mariana Leiras

Edite Rosa de Mesquita


Lobelia da Silva Faceira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160111>

CAPÍTULO 12..... 157

TEORIA DA PENA, RACIONALIDADE PENAL MODERNA E A REINVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Leticia Pacher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160112>

CAPÍTULO 13..... 174


PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E PROVAS ILÍCITAS A LUZ DO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

Ezequiel Rodrigues de Figueiredo

Wandrews Roger Nascimento de Abreu

Adriano José Frizzo

Davi Gentil de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160113>

CAPÍTULO 14..... 186

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ESTUDO EMPÍRICO ACERCA DO TEMPO NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DA CUSTÓDIA NA COMARCA DE FORTALEZA/CE


Nestor Eduardo Araruna Santiago

Italo Farias Braga

Jéssica Ramos Saboya

Jessyka Mendes Dias Simões

Amanda Furtado Mendes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160114>

CAPÍTULO 15.....191

FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL: OS REFLEXOS DA FALSIFICAÇÃO DAS LEMBRANÇAS

Daiana Cristina Pereira


Lisandro Luís Wottrich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160115>

CAPÍTULO 16.....211

A APLICAÇÃO DAS LEIS PENAIAS NAS COMUNIDADES INDIGENAS

Brenda Angelica Nobre da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160116>

CAPÍTULO 17..... 221

OPERAÇÕES COMPLEXAS DOS COMITÊS DE CRISE INSTRUMENTALIZADAS A PARTIR DO DECRETO N. 10.277/2020

Orleilso Ximenes Muniz

Helyanthus Frank da Silva Borges

Alexandre Gama de Freitas

Alexandre Costa Martins

Suiane de Souza Mota

José Ricardo Cristie Carmo da Rocha

Noeme Henriques Freitas

Raquel de Souza Praia

Eduardo Araújo dos Santos Neto

Rita Márcia Gomes da Silva Pessoa


Midian Barbosa Azevedo







Fabrcia da Silva Cunha

Warllison Gomes de Sousa

Euler Esteves Ribeiro

Ciro Felix Oneti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160117>

CAPÍTULO 18.....	230
O DIREITO MILITAR E A CONQUISTA DE CÓRDOBA POR FERNANDO III (1236)	
Lucas Vieira dos Santos Jaime Estevão dos Reis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160118	
CAPÍTULO 19.....	244
TAMBOR TUPINIKIM E A INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE: ABORDAGEM DA LEI 11.645/2008 NO IFES ARACRUZ	
Thiago Zanotti Pancieri Giovane do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160119	
CAPÍTULO 20	253
CINEMA - A SÉTIMA ARTE NO ENSINO DO DIREITO	
Marco Antônio César Villatore Maria Raquel Duarte Michelle de Medeiros Fidélis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160120	
CAPÍTULO 21.....	265
DIREITO, LITERATURA E UMA (RE)CONSTRUÇÃO DE UM ENSINO JURÍDICO	
Maurício Dal Pozzo Schneider Michelle de Medeiros Fidélis Joana Stelzer	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160121	
CAPÍTULO 22	280
PLANEJAMENTO DE ENSINO COM OS PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO COM A UTILIZAÇÃO DO FISH BOWL	
Elenir Cardoso Figueiredo Igo Yossi Lima Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160122	
CAPÍTULO 23	283
PLÁGIO DE ARTIGO CIENTÍFICO EM AMBIENTE DIGITAL	
Ilton Pinto Seixas Lorena Contis Rodrigues Debora Moraes Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160123	
CAPÍTULO 24	298
A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA PELA DIFUSÃO VOLUNTÁRIA DE DADOS PESSOAIS NÃO CONSENTIDA PELO TITULAR	
Catiane Medianeira Milani	

Otávio Augusto Milani Nunes
João Pedro Seefeldt Pessoa
Tainara Mariana Mallmann
Otávio Martins Finger
Luiz Henrique Silveira dos Santos
Alessandra Staggemeier Londero
Nathalia Zampieri Antunes
Danilo Martinez Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160124>

SOBRE O ORGANIZADOR.....309

ÍNDICE REMISSIVO..... 310

OPERAÇÕES COMPLEXAS DOS COMITÊS DE CRISE INSTRUMENTALIZADAS A PARTIR DO DECRETO N. 10.277/2020

Data de aceite: 02/01/2023

Orleilso Ximenes Muniz

Cel QOBM - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM); Esp. em Segurança Pública

Helyanthus Frank da Silva Borges

Cel QOBM – Subcomandante Geral do CBMAM; Esp. em Segurança Pública

Alexandre Gama de Freitas

Cel QOBM – Chefe do Estado Maior Geral (CHEMG) do CBMAM; Esp. em Segurança Pública

Alexandre Costa Martins

Cel QOBM – Chefe da Assessoria Jurídica e Institucional

Suiane de Souza Mota

Tc QOBM – Dir. da DJD

José Ricardo Cristie Carmo da Rocha

Tc QOBM – Comandante do BBE

Noeme Henriques Freitas

1º Ten QCOBM – Oficial de saúde – farmacêutica; Mestrado em Ciências Aplicadas à Hematologia - UEA; Chefe do Setor de Farmácia

Raquel de Souza Praia

1º Ten QCOBM – Coordenadora do Núcleo de Biossegurança do CBMAM; oficial de saúde – enf; Mestra em Gerontologia-UFSM

Eduardo Araújo dos Santos Neto

2º Ten QOABM – Integrante da 3ª Sessão do Estado-Maior Geral do BM-3; Instrutor de cursos para combatentes

Rita Márcia Gomes da Silva Pessoa

3º Sgt QCPBM – Assistente Jurídico da Seção de Justiça e Disciplina – SJD

Midian Barbosa Azevedo

3º Sgt QCPBM – Integrante do núcleo de biossegurança do CBMAM; Esp. em Segurança Pública

Fabília da Silva Cunha

3º Sgt QCPBM – Integrante do núcleo de biossegurança do CBMAM; Esp. em Segurança Pública

Warllison Gomes de Sousa

Cabo QPBM - Integrante do Gabinete do Comandante geral do CBMAM; Especialista em Segurança Pública; Integrante do Núcleo de Biossegurança do CBMAM

Euler Esteves Ribeiro

Doutor em Gerontologia pela PUC-RS;
Reitor da FUnATI (Fundação Universidade
Aberta da Terceira Idade)

Ciro Felix Oneti

Mestre em Educação em Ciências na
Amazônia; integrante do grupo de pesquisa do
laboratório GERONTEC da FUnATI

RESUMO: Atualmente os comitês de crise estão ganhando muito foco na mídia. A razão é a grande atenção que se dá às ações dos ditos comitês para proteger a sociedade contra os impactos de crises. A lei 10.277/2020 traz amplas descrições sobre a operacionalização dessa estratégia das Forças de Segurança na promoção de qualidade de vida e saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Bombeiro-militar, crise, comitê, lei, direito.

ABSTRACT: Nowadays the committees of crisis are being enfocused on the media. The reason is the great attention given by the society to their actions to protect people against crisis impacts. The law 10.277/2022 is explaining how these committees are functioning to promote health quality and safety. This article aims to demonstrate how this strategy is important to the society.

KEYWORDS: Military fireworker, crisis, comitee, law, law school.

INTRODUÇÃO

Uma vantagem no modelo de ação dos Comitês de Gestão de Crise (CGC) é a agilidade e resolutividade na tratativa aos problemas pontuais. Essa vantagem se deve ao fato de o Comitê ser composto por todos os órgãos envolvidos diretamente na crise (PUNDER, 2020).

Em tempos recentes a importância da atuação dos CGC têm ficado mais em evidência em parte pela repercussão midiática alcançado por eventos adversos enfrentados pela sociedade amazonense. Citam-se como exemplos casos marcantes como o do desaparecimento de integrantes de um grupo de paraquedistas que foram carregados desde a área urbana da capital amazonense pelo vento forte de uma tempestade e dispersados por vários pontos desde a orla da zona Oeste da cidade, sobre o rio Negro e possivelmente a área florestal do município de Iranduba (GARCIA, 2022).

Um segundo exemplo que também mobilizou forças de segurança (FSs) no estado do Amazonas foi o caso da busca por uma dupla de ativistas pela causa indígena ocorrido numa área fluvial remota localizada no sudoeste do estado. Nesse segundo caso as FSs integrantes dos CGC trabalharam sob intensa pressão da mídia e opinião pública mundial (GOMES, 2022).

Quanto à pandemia de COVID-19 (Coronavirus Disease 19), a estratégia do CGR se tornou ainda mais valorizada e difundida. O comitê de crise instalado pelo Ministério da Saúde (MS) no município de Manaus tem sido fundamental para reorganizar o sistema de saúde local colapsado pela demanda repentina e aumentada de casos de COVID-19 gerando uma grave crise em janeiro de 2021. As estratégias foram definidas em conjunto pelos integrantes da pasta, os órgãos locais de saúde, entidades nacionais e internacionais do setor e ministérios que cuidam da logística. Esses são os agentes de tomada de decisão (BRASIL, 2021).

O CICC (Comitê Integrado de Comando e Controle) está sediando o CGC. Dezenas de reuniões já foram realizadas no local a uma frequência de duas vezes ao dia e segundo integrantes do MS o saldo das referidas reuniões foi positivo (BRASIL, 2021).

O ministro da saúde à época, general Eduardo Pazuello veio a Manaus para acompanhar de perto as ações e estabelecer diretrizes para o enfrentamento da crise. O MS é o responsável por coordenar dentro do comitê a orientação dos trabalhos e a atuação como mediador entre os órgãos para que haja eficácia nas medidas tomadas (BRASIL, 2021).

No CICC foram discutidas todas as ações implementadas no estado para a mitigação da crise, como o suporte ao abastecimento de oxigênio aos hospitais, transferência dos pacientes para outros estados para aliviar a demanda e suporte à campanha de vacinação que se iniciou no início de 2021 no Amazonas. Os membros do CICC são: MS, secretarias de saúde de estado e do município, Fundação de Vigilância em Saúde Doutora Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP-AM), Defesa Civil, força Nacional de Saúde, Força Aérea Brasileira, Exército Brasileiro, entre outros (BRASIL, 2021).

OBJETIVOS

Correlacionar as ações desenvolvidas por comitês de crise no Amazonas;

Descrever a integração das Forças de Segurança Pública nos contextos recentes de crise;

Compilar os resultados positivos que agregam mais experiência às corporações;

PERCURSO METODOLÓGICO

Duas técnicas de busca de dados foram empregadas para a realização da presente pesquisa: uma combinação de levantamento bibliográfico com entrevista semiestruturada. Após a definição do problema de pesquisa e da questão norteadora deu-se início à coleta de dados no mês de maio de 2022.

Na primeira etapa uma busca por produções literárias foi empreendida em repositórios virtuais: SCIELO e LILACS norteadas pelo cruzamento dos seguintes descritores: crise, forças de segurança, gabinete e gestão. Como critérios de inclusão foram buscados textos

disponíveis na íntegra e referentes ao contexto da forças de segurança pública. Os textos obtidos embasaram a introdução e ajudaram na formulação do questionário.

A revisão na literatura é especificada por Oliveira (1992) como um procedimento que permite a reunião de dados mediante uma busca ordenada e planejada empreendida em plataformas de armazenamento de dados.

Na segunda etapa um depoente voluntário respondeu a um questionário que foi confeccionado com o propósito de extrair de maneira direcionada as informações sobre as atuações dos comitês de crise em casos recentes de grande repercussão no estado do Amazonas.

De acordo com Lima, Almeida e Lima (1999) as vantagens em se optar pelo método da entrevista semiestruturada são o fato de direcionar a conversa e se aprofundar bastante na extração de dados.

DESENVOLVIMENTO

Um dos principais marcos regulatórios dos CGC é o decreto 10.277/2020, sancionado pelo presidente da república e que foi oportunamente implementado logo ao início da mais grave crise sanitária da história do Brasil. Sua composição conta com a presença e ação de múltiplas autoridades pública, em especial ministros, todos reunindo-se sempre que convocados pelo Coordenador do Comitê (BRASIL, 2020).

Portanto, pode-se inferir que foi concebida uma estratégia de enfrentamento à crise que comunga as ações de todos os segmentos das forças de segurança. Suas ações ficam demarcadas por participações como por exemplo: fiscalização de comércios, transporte interestadual de cilindros com cargas de oxigênio, auxílio no realocamento de pacientes em unidades de saúde de outros estados para aliviar a demanda local de Manaus, atuação em centros de triagem e organização de hospitais de campanha. Em corporações como o CBMAM (Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas) houve também o fornecimento de profissionais de saúde especializados como médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, fisioterapeutas.

Em conferência às publicações do 3º Congresso Brasileiro de Direito Militar foram listadas também áreas de atuação nas quais os CGCs possuem enorme potencial para atuação em circunstâncias como manifestações, repressão à atuação do crime organizado, segurança durante eleições, repatriação, ajuda humanitária, operação de paz e segurança da navegação.

A compilação das fontes encontradas na primeira etapa da pesquisa pôde ser sintetizada como uma confirmação de conceitos pressupostos sobre a essencialidade do comitê de crise.

O militarismo costuma estar bastante presente nas operações dos CGC. Na citação de Servidão e Grandeza Militares é exposto que:

A honra é a consciência, mas a consciência exaltada. É, para cada um, o respeito de si próprio e da beleza da sua vida, levado até a mais pura elevação e até a paixão mais ardente. O homem, ao nome da honra, sente remexer dentro de si qualquer coisa é como uma parte de si próprio, e esse abalo desperta todas as forças do seu orgulho e da sua energia primitiva. Uma firmeza invencível sustenta-o contra todos e contra si próprio nesse pensamento de velar por esse tabernáculo puro, que está no seu peito, como um segundo coração onde habitasse um deus. Daí lhe vêm consolações interiores, tanto mais belas quanto ele lhes desconhece a origem e a razão verdadeiras: revelações súbitas da Verdade, do Belo, do Justo: daí uma luz que caminha diante dele.

Tal trecho pode ser interpretado como uma descrição do fator motivacional que impele o agente das FSS a estar sempre de prontidão a assumir operações que costumam envolver riscos, como é o caso das ações por vezes desenvolvidas nos CGC.

Em recente entrevista concedida a diversos meios de comunicação amazonenses, sobre a situação emergencial recente de desaparecimento de dois ativistas ambientais, vivenciada pelo estado, o Comandante-Geral do CBMAM declarou sobre o sinistro que:

Houve deslocamento até o local do acidente e alocamos recursos especializados, enviamos homens extremamente adaptados ao terreno, que são mergulhadores acostumados a mergulhar em rios de água escura, em rios de água barrenta e com os equipamentos adequados para durar na ação.

Além disso, nós deslocamos também componentes do nosso batalhão de incêndios florestais e meio ambiente. São militares preparados para fazer com qualidade a busca na selva empregando todas as técnicas que são necessárias.

O componente enchente dificulta pois há naquele terreno muitas áreas que poderiam ser varridas por técnicas de busca. Elas são comprometidas em virtude do alagadiço, contudo, todos, os recursos dos órgãos envolvidos estão conjugados para que possamos ter o indício o mais rápido possível do desaparecimento e direcionar mais a nossa busca, tais como: componente aéreo, componente terrestre e componente aquático.

Então estamos envolvidos, com representação do gabinete de crise, que está aqui hoje, efetivamente atuando e assim permanecerá até que tenhamos uma resposta.



Figuras 1 e 2: reunião de integrantes do comite de crise na investigação do caso

Fonte:elaborada pela equipe do CBMAN

FESTIVAL DE CIRANDAS DE MANACAPURU

Realizado como competição desde 1997, o Festival de Cirandas de Manacapuru é atualmente o segundo maior festival folclórico do estado do Amazonas. Ocorre no último fim de semana de Agosto, contando com a participação de três agremiações locais. Reúne anualmente cerca de 60 mil espectadores na Arena Parque do Ingá. (SEC, 2019). O exemplo do planejamento para este festival ganha um tópico à parte por conta da magnitude do evento e seus respectivos cuidados por parte dos CGCs.

Durante a última noite de apresentações da edição de 2022 do Festival de Ciranda, ocorreu um acidente com causas ainda sob investigação. Contudo, informações preliminares indicam que a haste do guindaste que suspendia uma alegoria com mais de 20 brincantes envergou fazendo com que a mesma caísse ao solo. (G1AM, 2022).

A assistência prestada pela equipe do CBMAM foi imediata, O tempo de resposta foi de apenas dois segundos após a ocorrência do sinistro. As equipes do CBMAM já se encontravam posicionadas em prontidão na Arena Parque do Ingá para o caso de uma eventual fatalidade ocorrer (G1AM, 2022). Infelizmente uma das vítimas foi a óbito cerca de uma semana após o sinistro (AMAZONAS ATUAL, 2022).

A assistência prestada foi determinante no sucesso do tratamento da grande maioria das vítimas. A equipe de combatentes do CBMAM estava bem dimensionada para responder à ocorrências num evento deste porte. As unidades móveis de resgate realizaram em tempo hábil o transporte de feridos de maior gravidade para pronto-socorros da capital amazonense.

A organização do evento decidiu que não haveria uma ciranda ganhadora e o

CBMAM foi encarregado de queimar os envelopes ainda lacrados com as notas atribuídas pelos jurados (PORTAL BARE, 2022).

PONTE DA BR-319

Recentemente um caso de grande impacto regional foi o desabamento da Ponte Curuçá no município de Careiro Castanho com veículos e pedestres transitando sobre a estrutura no momento do incidente na manhã de 28 de setembro de 2022. O socorro inicial aos feridos foi prestado por testemunhas, algumas das quais haviam escapado de ser vitimadas pela ponte por estarem trafegando um pouco antes ou após o ponto de ruptura estrutural (G1AM, 2022).

Em seguida, chegaram equipes das forças de segurança para intervir. Integrantes do CBMAM puderam pôr em prática a experiência e técnicas para cenários de desastres. Havia diversos perfis de vítimas, desde as que saíram caminhando da cena do acidente com poucas escoriações até aos feridos que necessitaram de resgate com encaminhamento para unidades especializadas em traumatologia na capital do estado (G1AM, 2022)

A contagem mais atual indica 14 feridos, 4 mortos e um desaparecido. A infraestrutura dos transportes rodoviários no Amazonas restou ainda mais comprometida cerca de 10 dias depois com mais uma ocorrência de desabamento na mesma rodovia BR-319 de contexto muito similar, porém sem vítimas pois por prevenção essa ponte do KM 12 estava interditada (FOLHA, 2022).

Mais uma vez um CGC precisou ser instalado, o anúncio foi feito pelo governador Wilson Lima no mesmo dia do sinistro com a primeira ponte. O Governador se pronunciou da seguinte forma: “Suspendi minha agenda de campanha hoje para coordenar as ações em apoio às vítimas do acidente que aconteceu na BR-319. Nossas equipes já estão no local para fazer o atendimento. Também montamos um comitê com representantes de diversos órgãos para alinhar as ações” (CENARIUM, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recente histórico da implementação dos CGC no estado do Amazonas demonstram que essa estratégia é bastante funcional e resolutiva para manejar situações de risco à sociedade civil. Paralelamente, as vivências tidas pelos agentes das FSs se convertem em experiências que são passadas adiante através de registros amplos.

O hábito de se registrar adequadamente a natureza dos eventos, os impactos sociais, as medidas tomadas e os resultados dessas implementações é uma medida que precisa ser continuamente adotada. Esses registros fomentam novos aprendizados para experiências futuras, como no caso das experiências adquiridas após a fatalidade no festival em Manacapuru.

Situações calamitosas ocorridas na capital do Amazonas nos últimos anos, como incêndios em bairros de periferia e as duas ondas de COVID-19 acompanhadas de crise no abastecimento de oxigênio demandaram o estabelecimento de comitês de crise. Nesses casos, a multidisciplinaridade foi uma ferramenta requisitada e marcante que intensamente contribuiu com o desfecho a essas problemáticas extremamente danosas à sociedade.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS ATUAL. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/morre-umas-das-vitimas-de-acidente-em-ciranda-de-manacapuru/>. Consultado em 20 set 2022;

BRASIL. Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10277&ano=2020&ato=7afoXQU1EMZpWT3dc>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comitê de crise instalado no Amazonas tem sido ponto chave na reorganização do sistema de saúde local. 14 fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/comite-de-crise-instalado-no-amazonas-tem-sido-ponto-chave-na-reorganizacao-do-sistema-de-saude-local>>. Acesso em 17 jun 2022.

CUPERTINO, Joaquim Luís. **Direito Militar**. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar (Reedição), v.6-7, 1985.

FOLHA SP. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/10/ponte-da-br-319-desaba-no-amazonas.shtml>. Acesso em: 10 out 2022.

G1, Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/09/02/acidente-com-guindaste-em-festival-no-am-16-vitimas-seguem-internadas.ghtml>. Consultado em 20 set 2022;

GARCIA, I. Após 30 dias, bombeiros do AM encerram buscas por paraquedista desaparecido. **Uol**, 15 de maio de 2022. Disponível em: <<https://cultura.uol.com.br/cenarium/2022/05/15/193630-apos-30-dias-bombeiros-do-am-encerram-buscas-por-paraquedista-desaparecido-amp.html>>.

GOMES, B. Bruno e Dom: Marinha e Bombeiros localizam embarcação usada pela dupla. **Uol**, 19 de junho de 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/19/bruno-dom-embarcacao.htm>>.

LIMA, M. A.; ALMEIDA, M.C.; LIMA, C.C. A utilização da observação participante e da entrevista semiestruturada na pesquisa de enfermagem. **Revista gaúcha de enfermagem**, vol. 20, n. especial, p.130-142, 1999.

OLIVEIRA, A. L. **Produção científica brasileira da área de Enfermagem Obstétrica 1956-1986**. Tese - Escola paulista de medicina da Universidade federal de São Paulo, São Paulo, 1992.

PORTAL BARE. Disponível em: <https://portalbare.com/2022/08/29/notas-das-cirandas-de-manacapuru-sao-queimadas-nao-havera-campeao/>. Consultado em: 20 set 2022.

PUNDER, Patricia. Qual a importância do comitê de crise para as empresas em tempos de coronavírus? Law Innovation, 18 de maio de 2020. Disponível em: <<https://lawinnovation.com.br/qual-a-importancia-do-comite-de-crise-para-as-empresas-em-tempos-de-coronavirus/>>. Acesso em 16 jun 2022.

REVISTA CENARIUM. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/governador-do-am-anuncia-comite-de-crise-em-apoio-as-vitimas-de-acidente-em-ponte-na-br-319/>. Acesso em: 11 out 2022.

Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC). Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/portal/festival-de-ciranda-agita-manacapuru-no-fim-de-semana/> Consultado em 20 de setembro de 2022.

A

Administração pública 40, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 53, 55, 56, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 305, 306, 307

Ambiente virtual 285

Audiência de custódia 186, 187, 188, 189, 190

C

Cinema 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

Compliance 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 186, 187, 308

Comunidades indígenas 211, 215, 216, 218, 219

Constitucional 1, 3, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 31, 34, 36, 37, 38, 40, 43, 47, 50, 55, 59, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 85, 86, 90, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 109, 110, 116, 125, 174, 177, 179, 181, 182, 183, 184, 206, 215, 219, 253, 290, 300, 307, 309

D

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 61, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 138, 145, 149, 150, 155, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 228, 230, 231, 232, 234, 235, 240, 241, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309

Direito militar 224, 228, 230, 231, 232, 235, 240, 241

Discurso de ódio 14, 16, 17, 18, 22, 24, 27, 28, 37, 38

Drogas 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

E

Educação 37, 110, 122, 216, 222, 241, 244, 245, 247, 251, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 269, 272, 278, 279, 308, 309

Ensino jurídico 254, 255, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 274, 276, 277, 278, 279

F

Falsificação das lembranças 191

G

Garantismo constitucional 99, 100, 102, 103

H

História 24, 26, 44, 113, 121, 123, 128, 138, 171, 193, 195, 196, 218, 224, 230, 241, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 256, 267, 270, 275

I

Imunidades parlamentares 1, 2, 11, 14, 15

Inquisitorialidade 99, 100

L

Leis penais 113, 129, 211, 212

Liberdade de expressão 3, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 58, 59, 100

Literatura 70, 71, 191, 224, 245, 255, 258, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 284, 294, 297, 309

O

Operações complexas 221

P

Penal 8, 9, 11, 12, 13, 14, 22, 33, 34, 75, 78, 85, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 202, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 276, 289, 293

Pesquisas 15, 16, 61, 62, 63, 146, 199, 201, 216, 273, 277, 294, 309

Pessoas egressas do sistema prisional 139, 140, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Plágio 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Processo do trabalho 40, 44, 253

Processo penal 8, 9, 14, 99, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 202, 206, 207, 208, 209

Proporcionalidade 84, 112, 114, 118, 124, 163, 174, 175, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Proteção de dados 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 110, 299, 300, 301, 303, 304, 306, 307, 308

Provas ilícitas 105, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184

R

Racionalidade penal moderna 157, 158, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173

Realidade carcerária 112, 121, 124, 140

Redes sociais 6, 7, 10, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 143, 144, 146, 151

S

Segurança pública 51, 115, 123, 130, 132, 137, 150, 183, 221, 223, 224

Sociedades de economia mista 86, 87, 92, 93, 95

Superencarceramento 126, 127, 128, 134, 137

T

Trabalho 2, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 27, 28, 31, 36, 40, 43, 44, 49, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 77, 86, 87, 100, 101, 108, 112, 122, 136, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 169, 174, 186, 187, 196, 197, 198, 211, 212, 213, 217, 218, 246, 253, 257, 272, 277, 280, 285, 286, 287, 288, 293, 294, 295, 301

U

Uberização 61, 62, 67, 68, 69

 www.atenaeditora.com.br

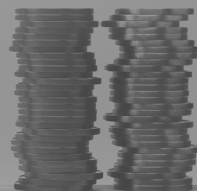
 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DIREITO:

PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3



 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DIREITO:

PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3

